

**Tribunais.** Quatro juízes militares recusaram a decisão do Conselho Superior da Magistratura de os substituir, por indicação dos chefes de Estado-Maior das Forças Armadas e ao arripio dos presidentes dos tribunais das relações de Lisboa e Porto, que defendiam a sua continuidade

# Magistratura acusada de ceder a pressões militares



Conselho Superior da Magistratura aceitou renovar mandatos de alguns juizes

## Independência dos tribunais pode estar ameaçada

LICÍNIO LIMA e MANUEL CARLOS FREIRE

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) substituiu juizes militares por indicação das Forças Armadas, ignorando o parecer dos presidentes dos tribunais das Relações de Lisboa e Porto. Estes defendiam a renovação das comissões de serviço dos oficiais que ali exerciam funções há três anos.

A polémica estende-se às Varas Criminais de 1ª instância daquelas mesmas comarcas, num processo de nomeações que terão sido decididas sem critérios totalmente transparente — e que levaram quatro dos juizes castrenses, que iam ser substituídos, a interpor providências cautelares: dois capitães-de-mar-e-guerra da Armada, um coronel do Exército e outro da GNR.

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) aceitou as queixas, que levaram ao adiamento da posse dos juizes (em

Lisboa) no passado dia 11. Uma semana depois, ela realizou-se de forma condicionada. Mas a polémica levou o CSM, na terça-feira, a mandar os quatro oficiais superiores regressar ao serviço e até a acção judicial ser decidida.

“O processo não tem sido transparente”, declarou ao DN um dos militares que impugnaram a decisão do CSM. “Houve critérios diferentes para a nomeação dos novos juizes. O CSM disse que não renovava os mandatos, mas depois fez um pedido para

não substituir os [generais] colocados no Supremo”, garantiu a fonte. Reconhecendo que a questão salarial (cerca de 2000 euros a mais por mês) explica o mal-estar existente nos ramos devido à sua recusa, os visados contra-argumentam: “A questão é esta: ou vamos todos [os 17 juizes] embora ou não. Parece que fui castigado, apesar das boas informações que tinha”, sublinhou o mesmo oficial.

A decisão do CSM indignou não só os militares envolvidos como supreen-

deu os magistrados judiciais. Neste contexto, um coro de vozes levantou-se a acusar aquele órgão de pôr em causa a independência dos tribunais: “Decidiu por pressão dos militares, em detrimento dos presidentes das Relações”, disse uma fonte judicial ao DN.

Outro oficial alertou igualmente para o problema da independência dos tribunais, estando “as colocações condicionadas à vontade dos chefes”. Segundo um dos visados, “é completamente diferente saber que fico seis

## SISTEMA DE SAÚDE DOS MILITARES É “O PIOR”

Terminou ontem prazo para cônjuges dos militares optarem pela ADSE ou pela ADM

O regime de Assistência na Doença dos Militares (ADM) tornou-se, “de longe, o pior dos sub-sistemas existentes, nomeadamente se comparada com a ADSE”. Esta posição da Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA) surgiu no dia em que terminou o prazo para os cônjuges dos militares, beneficiários da ADSE, poderem optar pela ADM. Resultante da fusão dos sub-sistemas dos ramos, a ADM chegou a tal ponto que os militares “ouvem [de fornecedores de serviços convencionados] ameaças de penhora do património” do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), revelou a AOFA, que pediu o adiamento daquele prazo. O Ministério da Defesa disse ao DN que o prazo “está estabelecido por lei, não havendo margem para adiantamentos”, por um ex-MDN, da lei que mandava pagar complementos de pensão de reforma.

RECOTINHO

## Conselho Superior de Defesa Nacional aprova ida para o Chade

O Conselho Superior de Defesa Nacional deu parecer positivo à integração de Portugal na operação militar da UE no Chade e na República Centro Africana. A missão humanitária, que deverá iniciar-se em Fevereiro, incluirá um destacamento da Força Aérea,

composto por um avião de transporte militar *Hércules C-130* e a respectiva tripulação (cerca de três dezenas de efectivos). De fora ficou o envio, inicialmente colocado na mesa pelo Governo, de dois oficiais de Estado-Maior. A situação do Darfur justifica o envio do

contingente da UE, sob comando de um general irlandês e que vai operar com forças da ONU e da União Africana já estacionadas no terreno. A França fornece o grosso das tropas para a força da UE. De acordo com o comunicado lido pelo secretário do do

Conselho Superior de Defesa Nacional, general Goulão de Melo, este órgão de consulta do Presidente da República, Cavaco Silva, procedeu também à análise da situação dos contingentes portugueses estacionados no Afeganistão, no Kosovo e na Bósnia.

anos ou que posso ser mudado ao fim de três”, além de que “a lei abria expectativas” de recondução.

O porta-voz do Estado-Maior General das Forças Armadas disse ao DN que “o Conselho de Chefes entregou ao CSM uma proposta de nomes para os cargos e que seguiu os trâmites legais”.

Em causa estão 17 lugares de juizes militares nos tribunais comuns, criados com a extinção dos tribunais militares em 2003. No STJ e nas Relações de Porto e Lisboa há um militar de cada ramo. No Supremo, os cargos são desempenhados por tenentes-generais/vice-almirantes, enquanto no segundo caso são maiores-generais/contralmirante. Nas Varas Criminais de Lisboa e Porto acontece o mesmo (coronéis/capitães-de-mar-e-guerra), havendo aqui mais um elemento da GNR. Estes militares exercem a função de juiz nos processos relacionados com questões castrenses, usufruindo do estatuto dos restantes juizes (remuneratório e enquanto titulares de um órgão de soberania. ■